

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO PESSOAS  
JURÍDICAS (OCS)**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº  
045/BAFL-GSAU-FL/2023, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO COMANDO DA  
AERONÁUTICA E O HOSPITAL  
BAIA SUL S/A - UNIDADE IMPERIAL  
HOSPITAL DE CARIDADE.**

A União, representada, **por intermédio do Comando da Aeronáutica, tendo como primeira interveniente a Base Aérea de Florianópolis – BAFL**, com sede na Avenida Santos Dumont, s/nº – Tapera – Florianópolis, CEP 88049-000, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.429/0009-68, neste ato representado pela Sra. Major Intendente RAQUEL TEREZA DE SOUZA GOMES DE OLIVEIRA, na figura de Ordenador de Despesas, Portadora do CPF nº 092.020.477-58, designação na Portaria COMPREP Nº 138/SPOG-21, de 24 de outubro do ano de 2022, de acordo com o Boletim do Comando da Aeronáutica nº 202, de 27 OUT 2022 e Boletim Interno Ostensivo da BAFL nº 206, de 09 de novembro do ano de 2022, doravante denominada **CRENCIANTE** e a empresa **HOSPITAL BAIA SUL S/A - UNIDADE IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.096.423/0002-54, sediada na Rua Menino Deus, nº 376 – Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.020-210, em Florianópolis/SC, doravante designada **CRENCIADA**, neste ato representada pelo Sr. SERGIO MARCONDES BRINCAS, portador da Cédula de Identidade nº 1816712, expedida pela SSP/SC, e CPF nº 863.811.569-53, tendo em vista o que consta no Processo nº 67272.003572/2023-16 e em observância às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Decreto nº 2.271, de 7 de julho 1997, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do processo licitatório por Inexigibilidade de Licitação nº 001/BAFL/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

1.1. O objeto deste Termo de Credenciamento é a prestação de serviços médicos e hospitalares aos usuários do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA), nos termos definidos pela legislação aplicável, prevista na cláusula décima deste Termo de Credenciamento.

1.2. Este Termo de Credenciamento vincula-se ao Edital de Credenciamento, identificado no preâmbulo, independentemente de transcrição, e à proposta de serviços, com seus respectivos valores, anexa a este Termo de Contrato.

## **CLÁUSULA 2ª – DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1. O presente instrumento contratual é decorrente de Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/BAFL/2019 com base no caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/993, da Decisão n.º 656/1995 – Plenário TCU e do Processo Administrativo autuado sob Número Único de 67272.003572/2023-16, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União nº 114, de 19/06/2023.

## **CLÁUSULA 3ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

3.1. O atendimento será mediante GAB (Guia de Apresentação do Beneficiário), ou GEAM (Guia de Encaminhamento para Assistência Médico-Hospitalar) que será apresentada pelo usuário, identificando-se conforme descrito na cláusula décima segunda deste Termo de Credenciamento. Fica reservado à CREDENCIANTE optar pela prestação do serviço em suas próprias dependências.

3.2. Os pacientes deverão ser encaminhados por médico militar e deverão portar um documento que permita a identificação do usuário.

3.3. A CREDENCIADA deverá proceder com a correta identificação do BENEFICIÁRIO conforme explícito na cláusula décima segunda deste Termo de Credenciamento, sendo responsável por procedimentos de identificação incorretos, salvo nos casos de emergência que seguirão o disposto na cláusula “3.4”, deste Termo de Credenciamento.

3.4. Em casos de urgência e/ou emergência, o atendimento será efetivado sem guia de encaminhamento, devendo o beneficiário do FUNSA se identificar, conforme previsto na cláusula décima segunda deste Termo de Credenciamento. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar à CREDENCIANTE a internação e as causas da urgência/emergência, no prazo de até dois dias úteis. Caso o prazo ultrapasse os dois dias úteis, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade do mesmo e deverão ser acertados diretamente com a CREDENCIADA, sem nenhum ônus ao FUNSA.

3.4.1 É recomendado que a CREDENCIADA também comunique os casos de urgência e/ou emergência ao CREDENCIANTE dentro do prazo estipulado no item anterior. Tal comunicação deverá ser efetuada por e-mail: sato.bafl@fab.mil.br, telefones: (48) 3229-5128 (FUNSA) / 3229-5053 (SACH) no horário comercial ou, fora deste, para os telefones (48) 99803-0710 (SOBREAVISO)/ (48) 3229 5035(OFICIAL-DE-DIA).

3.5. Os serviços contratados serão prestados por profissional da própria CREDENCIADA ou, por comum acordo e a critério da CREDENCIANTE, os procedimentos médicos complementares poderão ser prestados diretamente por profissional da própria Organização de Saúde da Aeronáutica nas dependências físicas da CREDENCIADA, caracterizando-se como executores dos serviços sob responsabilidade da CREDENCIADA.

3.5.1. Entende-se como profissional da CREDENCIADA:

- a. Membro do corpo clínico da CREDENCIADA;
- b. Que tenha vínculo de emprego com a CREDENCIADA;
- c. Autônomo que presta serviço à CREDENCIADA em caráter regular;

d. Organizações civis ou profissionais de saúde prestadores de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, vinculados à CREDENCIADA;

e. Anestesiista, prestando serviço na CREDENCIADA, mesmo que membro de cooperativa médica.

3.5.1.2. Equipara-se ao profissional, a que se refere a letra “c” acima, a empresa, o grupo, a sociedade, cooperativa ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

3.6. A CREDENCIADA é responsável pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Termo de Credenciamento.

3.7. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

3.8. Obriga-se a CREDENCIADA a atender os beneficiários da CREDENCIANTE em condições iguais de atendimento em relação aos demais usuários de seus serviços, constituindo infração contratual a discriminação de qualquer natureza.

3.8.1. Os usuários poderão denunciar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e /ou faturamento destes.

3.8.2. A Subdivisão de Saúde do ES-FL, por meio da sua ouvidoria, será o setor responsável por mediar problemas relatados pelos usuários no que tange aos serviços prestados pelos CREDENCIADOS. As reclamações poderão ser realizadas diretamente na Subseção de Ouvidoria da Grupo de Saúde do GSAU-FL ou por e-mail: ouvidoria.es.bafl@fab.mil.br ou sato.bafl@fab.mil.br.

3.9. Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 30 (trinta) dias. Nesses casos, deve ser emitida guia de encaminhamento nova, com as devidas comprovações para a necessidade de prorrogação das internações.

3.10. É vedado ao CREDENCIADO exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento ou quaisquer papéis em branco.

3.11. Da Internação Hospitalar:

a) No caso de internação hospitalar, a CREDENCIADA obriga-se a prestar os serviços abaixo, conforme Termo de Credenciamento, e desde que necessários:

a.1) Assistência Médica permanente;

a.2) Exames complementares, radiológicos e laboratoriais em geral;

a.3) Sala de cirurgia equipada com material e instrumental necessário ao ato cirúrgico;

a.4) Internação em apartamentos, UTI, quartos ou enfermarias;

a.5) Serviço de Enfermagem, Fonoaudiologia e Fisioterapia permanente;

a.6) Administração de sangue e hemoderivados;

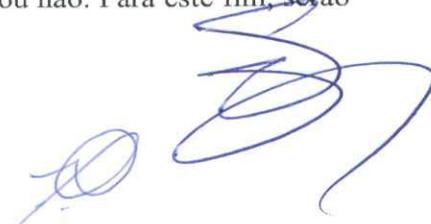
a.7) Alimentação, inclusive dietas especiais, quando prescritas;

a.8) Fornecer o material necessário à realização de procedimentos terapêuticos durante a internação hospitalar, assim como nos atendimentos emergenciais e ambulatoriais.

b) A internação será assim considerada quando o paciente ocupar instalações (enfermaria, quarto ou UTI) por período igual ou superior a 12 (doze) horas consecutivas ou não. Para este fim, serão considerados os seguintes padrões de acomodação, excluída a UTI:

b.1) Para Oficiais e seus dependentes:

(I) Apartamento Standard ou Quarto Privativo;



b.2) Para Suboficiais, Sargentos, Cabos, Soldados, Taifeiros e seus respectivos dependentes:

(I) Enfermaria de até 03 leitos ou Quarto Semi-Privativo;

c) A CREDENCIADA se obriga a comunicar de imediato, à família do usuário e à CREDENCIANTE, qualquer óbito ocorrido com os pacientes sob internação hospitalar.

#### OBSERVAÇÕES:

1. É reservado aos beneficiários da CREDENCIANTE o direito de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS. Neste caso a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador. Ao fazer esta opção, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela CREDENCIADA, o “Termo de Ajuste Prévio”, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação quanto ao demais valores devidos pela modificação de acomodação.

2. No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário da CREDENCIANTE, a CREDENCIADA deverá, por força de cláusula prevista tanto no “Edital” quanto no “Termo de Credenciamento”, a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para a CREDENCIANTE.

3. A CREDENCIANTE não se responsabilizará por despesas decorrentes de telefonemas, refeições extras, jornais, aparelhos de televisão, televisão por assinatura e cama extras realizadas sem a sua prévia anuência.

#### 3.12. Da Urgência e Emergência:

a) Os casos de urgência ou emergência poderão ser atendidos pela CREDENCIADA mediante a identificação prévia do usuário, devendo o mesmo ou seu responsável comunicar à CREDENCIANTE o atendimento e internações de urgência/emergência ocorridos, no prazo de até dois dias úteis. A CREDENCIADA também deve promover essa comunicação, por telefone e por documento escrito, contendo cópia do relatório médico do ato do atendimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente de qualquer obrigação do usuário com a CREDENCIANTE. Esta comunicação visa regularizar a prestação do serviço e definir o responsável pelas despesas junto à CREDENCIADA.

b) Todo tratamento de urgência ou emergência deverá ser comprovado por laudo emitido pelo médico atendente, com especificação do diagnóstico do momento do atendimento e demais informações necessárias à definição do estado clínico do paciente, independentemente de qualquer outra ação.

Estas providências permitirão a caracterização da situação de urgência ou emergência por parte do médico militar da CREDENCIANTE.

#### CLÁUSULA 4ª – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os serviços médicos e paramédicos (fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional), objeto do credenciamento, serão remunerados com base nos valores constantes no Apêndice A do Projeto Básico e serão codificados pela Terminologia Unificada da Saúde Suplementar – TUSS.

4.2. Os materiais, medicamentos, as taxas e diárias hospitalares, os pacotes de serviços, assim como os materiais cirúrgicos, serão remunerados conforme Apêndices A e B do Projeto Básico constantes

deste Edital. Ressalta-se que os materiais cirúrgicos para os procedimentos deverão ser analisados e aprovados previamente pela Administração da Organização Militar, ou seja, previamente regulados e autorizados.

4.3. Para as internações eletivas será necessário a apresentação da guia de encaminhamento do FUNSA e o beneficiário deverá se identificar conforme descrito na cláusula décima segunda deste termo de Termo de Credenciamento.

4.4. Em casos de urgência e/ou emergência, o atendimento será efetivado sem guia de encaminhamento, devendo o beneficiário do FUNSA se identificar, conforme previsto na cláusula décima segunda deste Termo de Credenciamento. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar à CREDENCIANTE a internação e as causas da urgência/emergência, no prazo de dois dias úteis. Caso o prazo ultrapasse os dois dias úteis, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade do mesmo e devem ser acertados diretamente com a CREDENCIADA, sem nenhum ônus ao FUNSA.

4.4.1. É recomendado que a CREDENCIADA também comunique os casos de urgência e/ou emergência ao CREDENCIANTE dentro do prazo estipulado no item anterior. Tal comunicação deverá ser efetuada ao e-mail: sato.bafl@fab.mil.br, telefones: (48) 3229-5128 (FUNSA) / 3229-5053 (SACH) no horário comercial ou, fora deste, para os telefones (48) 99803-0710 (SOBREAVISO)/ (48) 3229 5035(OFICIAL-DE-DIA).

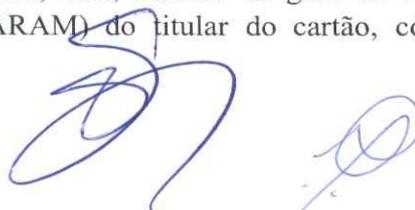
4.5. As internações eletivas ou em caráter de urgência/emergência serão acompanhadas pela auditoria do ES-FL. Caso o GSAU-FL tenha condições de acomodar o beneficiário, será realizada a transferência intermediada pela Seção de Medicina do Hospital do GSAU-FL. Fica a CREDENCIADA responsável por enviar pelo e-mail: funsa.es-fl@fab.mil.br, a lista diária dos pacientes internados.

4.6. No caso de haver necessidade de prorrogação do tempo de internação do Beneficiário da CREDENCIANTE, além do período inicialmente autorizado e dentro do limite máximo de 15 diárias, por guia de encaminhamento, caberá à CREDENCIADA encaminhar a solicitação de prorrogação, emitida pelo médico assistente, digitalizada, com 48 horas de antecedência do vencimento das diárias já autorizadas, pelo e-mail funsa.es-fl@fab.mil.br, a qual será analisada pelo FUNSA. A CREDENCIANTE responderá à CREDENCIADA, via e-mail, a quantidade de diárias autorizadas na prorrogação. O e-mail deverá ser impresso e anexado à fatura final, para comprovação das diárias autorizadas.

4.7. No caso de inexistência de vagas na acomodação autorizada pela CREDENCIANTE, será o beneficiário internado em acomodação de padrão superior até que seja disponibilizada acomodação na vaga autorizada, quando então será transferido, sem quaisquer ônus adicional para a CREDENCIANTE ou para o beneficiário por essa adequação.

4.8. A aceitação do atendimento ao Beneficiário pela CREDENCIADA dependerá sempre de autorização prévia da CREDENCIANTE, e uma vez concedida tal autorização, que será fornecida sempre por escrito, será irrevogável.

4.9. A CREDENCIADA se obriga a apresentar ao GSAU-FL, até o dia 05 do mês subsequente, a fatura em três vias de igual teor em nome do BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS (BAFL), CNPJ 00.394.429/0009-68, anexando todos os comprovantes de despesas, relação de materiais e medicamentos utilizados em sala ou fora dela, relativos aos atendimentos prestados até o último dia do mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da guia de encaminhamento, nome do usuário, número do código pessoal (SARAM) do titular do cartão, código da tabela CBHPM, valor em reais e relatório de conferência.



4.10. A CREDENCIANTE compromete-se a pagar as faturas apresentadas nas condições prescritas, se julgadas regulares em processo de auditoria, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de liquidação da Nota Fiscal de Serviço.

4.11. As faturas que tiverem os seus valores, parcial ou totalmente, glosados, serão informadas à CREDENCIADA, no prazo de trinta dias, com as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e o valor dessas, através de Relatório de Glosas.

4.12. A CREDENCIADA deverá dar quitação, com assinatura e data de recebimento, ao relatório de glosa.

4.13. O recurso de glosa terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para ser apresentado pela CREDENCIADA, contados da data de recebimento do relatório de glosa.

4.14. O recurso deve ser entregue por escrito, protocolado junto ao FUNSA, constando a descrição dos serviços contestados, número da guia, itens e valores glosados.

4.15. O recurso será julgado em até 30 dias úteis, contados da data da sua protocolização. Caso seja julgado procedente, a CREDENCIANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, a CREDENCIANTE informará o resultado à CREDENCIADA e arquivará a documentação.

4.16. Não serão efetuados pagamentos à CREDENCIADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive quanto à apresentação dos demonstrativos dos serviços prestados.

4.17. A CREDENCIADA terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da alta do usuário ou execução do serviço, para a apresentação da guia de encaminhamento acompanhada da fatura e dos demais documentos comprobatórios.

4.17.1. Após 90 (noventa) dias, serão consideradas inaptas para pagamento todas as despesas apresentadas, não cabendo recurso.

4.17.2. Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas, no máximo, a cada 30 (trinta) dias. Nesses casos, devem ser abertas guias de continuidade por prorrogação de período.

4.18. Se algum médico (ou outro profissional da área de saúde) prestar atendimento em Instituição conveniada ao GSAU-FL, a conta deverá ser faturada por essa Instituição a qual repassará os honorários ao médico (ou outro profissional da área de saúde) que prestou o serviço.

4.19. É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, por exemplo) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

4.20. É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do usuário do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA), qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados concernentes aos procedimentos constantes nas tabelas, quando o atendimento for realizado com apresentação de GAB.

4.20.1. No caso do usuário do FUNSA apresentar para atendimento a GEAM, a CREDENCIADA deverá efetuar a cobrança total de qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados concernentes aos procedimentos realizados, diretamente do usuário (neste caso beneficiário da AMH), utilizando as mesmas tabelas de custos constantes do Edital de Credenciamento.

## CLÁUSULA 5ª – DO REAJUSTE DAS TABELAS DE PREÇOS

5.1.O reajuste da Tabela de Valores e Taxas Hospitalares, Cirúrgicas e de Hotelaria fixada no Credenciamento, observado o interregno mínimo de um ano a contar da data a que se referir a proposta da credenciada, dependerá de prévia autorização do Comando da Aeronáutica, através do Comando-Geral de Pessoal, após negociação entre as partes e demonstração analítica da variação dos componentes dos novos preços propostos pela CREDENCIADA, tendo como base os valores constantes do Projeto Básico e seus anexos.

5.2.O reajuste de valores será formalizado mediante termo aditivo e, terá efeitos a partir do interregno de um ano da data a que se referir a proposta da CREDENCIADA.

#### **CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, assegurada a rescisão no interesse da Administração a qualquer tempo conforme subitem 9.1 deste Termo de Credenciamento.

6.2. O presente Termo de Credenciamento poderá ser alterado por termos aditivos que ajustem a vigência e forma de execução dos serviços contratados.

6.3. A contagem dos prazos do presente Termo de Credenciamento observará a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A parte que não se interessar pela renovação da vigência contratual deverá comunicar o seu desinteresse, por escrito à outra parte, com antecedência mínima de trinta dias.

6.5. Os recursos para pagamento dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo serão suportados pelos recursos destinados ao Base aérea de Florianópolis – BAFL, substanciados nas Ações Orçamentárias 2000, 2059, 2880 e 2887, Fontes 0100000000, 0250120069, 0280120320, 0250120350 e 0250120550, natureza de despesa 33903900 (Pessoa Jurídica).

#### **CLÁUSULA 7ª – DA INEXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

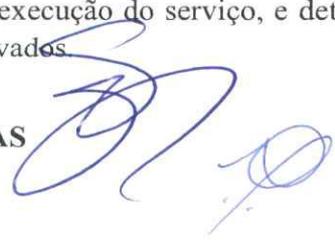
7.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual por médico militar não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA.

7.2. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CREDENCIADA poderá ensejar a revisão das condições estipuladas.

7.3. A CREDENCIADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

7.4. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, este órgão público designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Credenciamento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

#### **CLÁUSULA 8ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



8.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão deste procedimento de contratação por inexigibilidade de licitação e das obrigações contratuais sujeitará o CREDENCIADO, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço objeto deste procedimento de contratação por inexigibilidade de licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a prestação do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

8.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Termo de Credenciamento ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

8.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

8.1.6. as sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação; e

8.1.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.2 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela CREDENCIANTE à CREDENCIADA ou cobrado judicialmente.

## **CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO**

9.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) Se a CREDENCIADA falir, requerer liquidação judicial ou extrajudicial, transferir para terceiros no todo ou em parte os seus encargos, sem prévia aceitação, por escrito, por parte da CREDENCIANTE;

b) No interesse da Administração, mediante comunicação escrita, com antecedência de trinta dias, sem que disso resulte qualquer ônus para a CREDENCIANTE ou direito pecuniários para a CREDENCIADA, além daqueles correspondentes aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão;

c) Superveniência de norma legal ou ato de autoridade competente, que torne inviável ou inexequível o prosseguimento da prestação dos serviços; liquidação amigável ou judicial da credenciada;

d) Ocorrência de quaisquer situações previstas na Lei nº 8.666/93, em especial aquelas arroladas no art. 78.



e) A CREDENCIADA poderá requerer denúncia do ajuste, a qualquer tempo, bastando notificar formalmente à CREDENCIANTE com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

9.2. Deverão ser concluídos os tratamentos em curso pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

9.3. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

9.4. A CREDENCIADA reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA 10 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

10.1. São aplicáveis à execução do Termo de Credenciamento e, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93, com a redação atualizada; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 – Unificação de Recursos de Caixa do Tesouro Nacional; Decreto nº 92.512, de 02 Abr 86 – ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR; a Instrução do Comando da Aeronáutica número 160-24 e a Instrução do Comando da Aeronáutica número 160-23.

#### **CLÁUSULA 11 – DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

11.1. A CREDENCIADA deverá manter, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da formalização do processo de inexigibilidade ou aquelas determinadas na legislação.

#### **CLÁUSULA 12 – DA IDENTIFICAÇÃO**

12.1. Para atendimento pela CREDENCIADA, os beneficiários do FUNSA dever-se-ão identificar apresentando os seguintes documentos:

12.1.1. Militares da Aeronáutica da ativa, da reserva ou reformados deverão apresentar identidade militar (ou identidade civil) e GAB (Guia de Apresentação do Beneficiário);

12.1.2. Pensionistas e seus dependentes, além dos dependentes de militares da ativa ou da reserva, deverão apresentar carteira de identidade civil (ou militar) e GAB ou GEAM;

12.1.3. Militares de outra Força Armada (Marinha e Exército), seus dependentes e pensionistas deverão apresentar identidade militar, o cartão de beneficiário do Sistema de Saúde da sua Força (ou documento que comprove ser integrante daquela Força) e GAB.

#### **CLÁUSULA 13 – ORGANIZAÇÃO EXECUTORA**

13.1. Este Termo de Credenciamento tem como Organização Militar executora a BAFL.

#### **CLÁUSULA 14 – DA NEGAÇÃO DE REMUNERAÇÃO A MILITARES**

14.1. Nenhum militar das Forças Armadas, da ativa ou convocado, poderá receber remuneração, honorários ou pagamentos por serviços profissionais prestados a usuário do FUNSA, atendidos por meio de GAB, nos termos deste Termo de Credenciamento.

#### **CLÁUSULA 15 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Credenciamento.

#### **CLÁUSULA 16 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

16.1. Constitui direito legal da CREDENCIANTE ter o serviço objeto deste Termo de Credenciamento prestado dentro dos prazos e nas demais condições nele estabelecidas e em seus anexos;

16.2. São direitos da CREDENCIADA:

16.2.1. Receber da CREDENCIANTE o pagamento pela prestação dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento, nos prazos e condições ajustadas;

16.2.2. Requerer à CREDENCIANTE rescisão deste Termo de Credenciamento caso esta descumpra qualquer uma das cláusulas estabelecidas no mesmo ou venha a ocorrer qualquer das situações previstas nos Incisos XIV e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA 17 – DO RECOLHIMENTO E DAS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

17.1. Caberá à CREDENCIADA o recolhimento dos tributos e taxas federais, estaduais e municipais decorrentes das faturas apresentadas;

17.2. Serão retidos os valores referentes ao INSS, COFINS, PIS, IR, cabendo à CREDENCIADA que se julgar dispensada de emitir documentação fiscal, comprovar e informar o diploma legal da alegada isenção.

17.3. O Comando da Aeronáutica, representado neste instrumento, não poderá ser citado, ou servir de amparo a pretendidas isenções tributárias, ou servir de motivo para favores fiscais, que incidam ou venham a incidir sobre os atos ou questões que caibam à CREDENCIADA ou ao usuário.

#### **CLÁUSULA 18 – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação deste Termo de Credenciamento, por extrato, no Diário Oficial da União (DOU), até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data ou, por economia, junto à publicação da Inexigibilidade, nesse caso observados então os prazos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

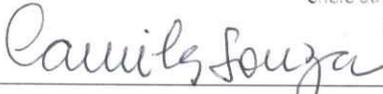


## CLÁUSULA 19 – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, para solucionar os litígios decorrentes da execução deste Termo de Credenciamento.

E por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Credenciamento, em duas vias de igual teor, para um só efeito, e, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias CREDENCIANTES e por duas testemunhas, para que produza os seus efeitos legais, comprometendo-se as partes a cumprir o que ora é pactuado em todas as suas cláusulas e condições.

Florianópolis, \*data conforme assinatura digital.\*

<p><b>CREDENCIANTE:</b></p> <hr/> <p><b>RAQUEL TEREZA DE SOUZA GOMES DE OLIVEIRA Maj Int</b> CPF nº 092.020.477-58 <b>Ordenadora de Despesas da BAFL</b></p>	<p><b>CREDENCIADA:</b></p>  <hr/> <p><b>SR. SERGIO MARCONDES BRINCAS</b> CPE nº 863.811.569-53 <b>Representante Legal</b> <i>Sérgio Marcondes Brincas</i> Diretor Presidente Hospital Boa Saúde e Clínica Imagem Hub Florianópolis Hospital Care</p>
<p><b>TESTEMUNHAS:</b></p> <p>Camila Gomes de Souza Cap Farm Chefe da Subseção de Farmácia CRF/SC 9597</p>  <hr/> <p><i>noimp</i> <b>ANDREZA CRISTINI JANSEN Maj Dent</b> CPF nº 029.209.629-14 <b>Agente de Controle Interno – GSAU-FL</b></p> <hr/> <p><b>WESLEY LUIZ COUTO DO NASCIMENTO Maj Int</b> CPF nº 015.378.376-13 <b>Agente de Controle Interno – BAFL</b></p>	<hr/> <p><b>LOREDANA AMARAL MARZOCHELLA 2º TEN PSI</b> <b>Fiscal do Contrato</b></p> 



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	CRENCIAMENTO
Data/Hora de Criação:	03/07/2023 17:08:02
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	ff12c09f85d9c6b98a91398a1aea19a6
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LOREDANA AMARAL MARZOCHELLA no dia 03/07/2023 às 14:17:54 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DOUGLAS FRANCISCO CARDOSO ALVES no dia 03/07/2023 às 15:36:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major WESLEY LUIZ COUTO DO NASCIMENTO no dia 03/07/2023 às 16:02:13 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA no dia 04/07/2023 às 15:43:50 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO